

# Quadro histórico dos dispositivos Constitucionais

## Art. 162

o o art. 153, § 5º, e 154, I, da Constituição. A contribuição de que trata este artigo não excederá a um por cento, facultado ao Poder Executivo reduzi-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei. O produto da arrecadação da contribuição de que trata este artigo será destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde. A contribuição de que trata este artigo terá sua exigibilidade subordinada ao art. 195, § 6º, da Constituição, e não poderá ser cobrada antes de 15 de agosto de 2015.

Câmara dos Deputados  
Centro de Documentação e Informação



## Panorama do processo constituinte

Para melhor compreensão do processo constituinte, recomendamos a leitura do documento disponível no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Publicações e Documentos → Panorama do Funcionamento da ANC, no seguinte endereço:

[http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/panorama\\_anc](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/panorama_anc)

A relação das Comissões Temáticas e das respectivas subcomissões poderá ser consultada no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Comissões e Subcomissões Temáticas, no seguinte endereço:

[http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes)

## Texto promulgado em 5/10/1988

**Art. 162.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

*Parágrafo único.* Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estado e por Município; os dos Estados, por Município.

## 1 – Sugestões localizadas<sup>1</sup>

**SUGESTÃO:04939** DT REC:06/05/87

**Autor:**

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

**Texto:**

SUGERE QUE A UNIÃO DIVULGUE MENSALMENTE O TOTAL DE TODOS OS TRIBUTOS ARRECADADOS NOS MUNICÍPIOS E NOS ESTADOS.

**SUGESTÃO:07621** DT REC:06/05/87

**Autor:**

AGASSIZ ALMEIDA (PMDB/PB)

**Texto:**

SUGERE SISTEMA DE DIVULGAÇÃO DOS MONTANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES, PELA UNIÃO.

<sup>1</sup> O inteiro teor de cada sugestão pode ser consultado no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Sugestões dos Constituintes, no seguinte endereço: [http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestoes-dos-constituintes/sugestoes-dos-constituintes-pagina-principal](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestoes-dos-constituintes/sugestoes-dos-constituintes-pagina-principal)

## 2 – Audiências públicas

Não foram localizadas audiências públicas específicas sobre o tema. A relação de reuniões e audiências públicas realizadas pela Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas está disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao5/subcomissao5a](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao5/subcomissao5a)

## 3 – Subcomissões temáticas

### SUBCOMISSÃO DE TRIBUTOS, PARTICIPAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS - VA

FASE A – Anteprojeto do relator	<b>Art. 22</b> - A União e os Estados divulgarão, pelo órgão de imprensa oficial, até o último dia do mês subsequente, os montantes de cada um dos impostos arrecadados, englobando os respectivos adicionais e acréscimos, bem como os valores a serem transferidos.
FASE B – Emenda ao anteprojeto do relator	Total de emendas localizadas: 3. (consulte a íntegra das emendas da Fase B ao final deste documento.)
FASE C – Anteprojeto da subcomissão	<p><b>Art. 22</b> - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão pelo órgão de imprensa oficial, até o último dia do mês subsequente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, englobando os respectivos adicionais e acréscimos, bem como os recursos recebidos, os valores a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.</p> <p>§ 1º - A divulgação da União será discriminada por Estados e Municípios; a dos Estados, por Municípios.</p> <p>§ 2º - Os Municípios que não possuem órgão de imprensa oficial farão a divulgação por edital.</p> <p>Consulte, na 13ª reunião da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas, a votação da redação final do anteprojeto do relator.</p> <p>Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 20/6/1987, Supl. 81, a partir da p. 96.</p> <p>Disponível em: <a href="https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao5/subcomissao5a">https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao5/subcomissao5a</a></p>

## 4 – Comissões temáticas

### COMISSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - V

FASE E – Emendas ao anteprojeto da subcomissão, na comissão	Total de emendas localizadas: 1. (consulte a íntegra das emendas da Fase E ao final deste documento.)
--	--

FASE F – Substitutivo do relator	<p><b>Art. 22</b> - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, pelo órgão de imprensa oficial, até o último dia do mês subsequente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, englobando os respectivos adicionais e acréscimos, bem como os recursos recebidos e os valores a entregar, de origem tributária, e a expressão numérica dos critérios de rateio.</p> <p>§ 1º - Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estados e por Municípios; os dos Estados, por Municípios.</p> <p>§ 2º - Os Municípios que não possuírem órgão de imprensa oficial farão a divulgação por edital.</p>
FASE G – Emenda ao substitutivo	<p>Total de emendas localizadas: 4. (consulte a íntegra das emendas da Fase G ao final deste documento.)</p>
FASE H – Anteprojeto da comissão	<p><b>Art. 24</b> - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, pelo órgão de imprensa oficial, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, neles englobando os respectivos adicionais e acréscimos, bem como os recursos recebidos, os valores entregues e a entregar, de origem tributária, e a expressão numérica dos critérios de rateio.</p> <p>§ 1º - Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estados e por Municípios; os dos Estados, por Municípios.</p> <p>§ 2º - Os Municípios que não possuírem órgão de imprensa oficial farão a divulgação por edital.</p> <p>Consulte na 9ª reunião a votação do Substitutivo do Relator publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 22/8/1987, Supl. 132. A votação do capítulo sobre o Sistema Tributário Nacional tem início na p. 300.</p> <p>Disponíveis em: <a href="https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao5/comissao5">https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao5/comissao5</a></p>

## 5 – Comissão de Sistematização

FASE I – Anteprojeto de Constituição	<p><b>Art. 286</b> - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, pelo órgão de imprensa oficial, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, neles englobando os respectivos adicionais e acréscimos, bem como os recursos recebidos, os valores entregues e a entregar, de origem tributária, e a expressão numérica dos critérios de rateio.</p> <p>§ 1º - Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estados e por Municípios; os dos Estados, por Municípios.</p> <p>§ 2º - Os Municípios que não possuírem órgão de imprensa oficial farão a divulgação por edital.</p>
FASES J e K – Emendas de mérito (CS) e de	<p>Total de emendas localizadas: 1. (consulte a íntegra da emenda das Fases J e K ao final deste documento). Não foram localizadas emendas.</p>

adequação ao anteprojeto	
FASE L – Projeto de Constituição	<p><b>Art. 281</b> - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, pelo órgão de imprensa oficial, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, neles englobando os respectivos adicionais e acréscimos, bem como os recursos recebidos, os valores entregues e a entregar, de origem tributária, e a expressão numérica dos critérios de rateio.</p> <p>§ 1º - Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estados e por Municípios; os dos Estados, por Municípios.</p> <p>§ 2º - Os Municípios que não possuírem órgão de imprensa oficial farão a divulgação por edital.</p>
FASE M – Emendas (1P) de Plenário e populares	<p>Total de emendas localizadas: 4.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas da Fase M ao final deste documento.)</p>
FASE N – Primeiro substitutivo do relator	<p>A matéria não foi localizada nesta Fase.</p>
FASE O – Emendas (ES) ao primeiro substitutivo do relator	<p>Total de emendas localizadas: 4.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas da Fase O ao final deste documento.)</p>
FASE P – Segundo substitutivo do relator	<p>A matéria não foi localizada nesta Fase.</p> <p>Destaque apresentado nº 3965/87, referente à Emenda nº 26783. O destaque foi aprovado.</p> <p>Publicado no <a href="#">Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 27/1/1988, Supl. C</a>, a partir da p. 1968.</p>

## 6 – Plenário

FASE Q – Projeto A (início 1º turno) ou FASE R Ato das Disposições Transitórias	<p><b>Art. 191.</b> A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, bem como os recursos recebidos, os valores entregues e a entregar, de origem tributária, e a expressão numérica dos critérios de rateio.</p> <p><i>Parágrafo único.</i> Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estado e por Município; os dos Estados, por Município.</p>
FASE S – Emendas de Plenário (2P)	<p>Total de emendas localizadas: 1.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas da Fase S ao final deste documento.)</p> <p>Emenda Substitutiva do Centrão<sup>2</sup> nº 02042, art. 191.</p>

<sup>2</sup> Emendas do Centrão: grupo de parlamentares conhecido como Centrão apresentou emendas, que foram posteriormente aprovadas em Plenário, com exceção do Capítulo III da emenda nº 02043, e tornaram-se substitutivos ao Projeto A.

FASE T – Projeto B (fim 1º turno, início 2º)	<b>Art. 168.</b> A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, bem como os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar, e a expressão numérica dos critérios de rateio. <i>Parágrafo único.</i> Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estado e por Município e os dos Estados, por Município.
FASE U – Emendas ao Projeto B (2T)	Não foram localizadas emendas.
FASE V – Projeto C (fim 2º turno)	<b>Art. 162.</b> A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar, e a expressão numérica dos critérios de rateio. <i>Parágrafo único.</i> Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estado e por Município; os dos Estados, por Município.

## 7 – Comissão de Redação

FASE W – Proposta exclusivamente de redação	Não foram localizadas emendas.
FASE X – Projeto D – redação final	<b>Art. 162.</b> A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio. <i>Parágrafo único.</i> Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estado e por Município; os dos Estados, por Município.  Nota: Prevaleceu alteração redacional proposta pelo Professor Celso Cunha para o <i>caput</i> . Conforme <a href="#">quadro comparativo</a> das propostas de redação, fl. 132.

## EMENDAS APRESENTADAS POR FASE<sup>3</sup>

---

### FASE B

**EMENDA:00023 PREJUDICADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

**Autor:**

JUTAHY MAGALHÃES (PMDB/BA)

**Texto:**

Dê-se a seguinte redação ao Artigo 22:

"Art. 22. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios Federais divulgarão, pelo Diário Oficial até o último dia do mês subsequente, os montantes de cada um dos impostos arrecadados, modificando os respectivos adicionais e acréscimos, bem como os valores a serem transferidos."

**Justificativa:**

Houve omissão, por certo, do relator quanto à inclusão do Distrito Federal e Territórios Federais neste artigo.

**Parecer:**

A divulgação, pelo Diário Oficial, nos montantes da arrecadação de cada um dos impostos, assim como dos valores a serem transferidos aos Estados e Municípios, destina-se à informação atualizada dos beneficiários, de modo que eles saibam com que recursos contar.

No caso do DF, o município contemplado é ele mesmo; logo, perde todo sentido mandar-se que ele faça a divulgação. No caso dos Territórios, não devem eles qualquer participação, porque a União é que cuida de seus impostos.

Portanto, já foi atendido a pretensão do nobre constituinte.

Prejudicada.

**EMENDA:00282 APROVADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

**Autor:**

OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB/CE)

**Texto:**

O art. 22 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 22. A União e os Estados farão publicar mensalmente, na imprensa oficial, o produto da arrecadação, no mês anterior, dos impostos e contribuições que são objeto de destinações previstas nos artigos 18, 19 e 20, bem como os valores a serem destinados e a expressão numérica dos critérios de rateio."

**Justificativa:**

No artigo, exige-se, para uma maior nitidez do processo de repasse, além da publicação dos montantes de impostos arrecadados, a de todas as informações necessárias para que os destinatários possam verificar a exatidão dos recursos transferidos.

**Parecer:**

EMENDA No. 5A 0282-1

O exame da Emenda e respectiva justificação, apresentadas pelo nobre Constituinte, nos levou a concluir que a

---

<sup>3</sup> As emendas foram reproduzidas sem revisão, conforme constam nas bases de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Além disso, o texto das JUSTIFICATIVAS das emendas foi digitado e não houve conferência do trabalho. Os documentos originais poderão ser consultados em: [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada-o-processo-constituente](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada-o-processo-constituente)



alteração proposta contribui efetivamente para o aperfeiçoamento do Anteprojeto, tornando-o mais preciso e consistente.

Verifica-se, portanto, que a Emenda se ajusta adequadamente aos princípios e diretrizes adotados para a elaboração e estruturação do Anteprojeto.

Pelo acolhimento.

**EMENDA:00353 APROVADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

**Autor:**

JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC/SP)

**Texto:**

Dá-se nova redação ao art. 22:

"Art. A União e os Estados divulgarão pelo órgão de imprensa oficial e os municípios, na falta deste, através de edital, até o último dia do mês subsequente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, englobando os respectivos adicionais e acréscimos, bem como as transferências recebidas e os valores a transferir. Parágrafo único. A divulgação da União, será discriminada em relação aos Estados e Municípios e as dos Estados discriminadas em relação aos municípios."

**Justificativa:**

A Emenda estabelece a desejável transparência das finanças públicas, bem como assegura a União, aos Estados e Municípios recíprocos sistemas de controles.

**Parecer:**

O exame da Emenda e respectiva justificação, apresentadas pelo nobre Constituinte, nos levou a concluir que a alteração proposta contribui efetivamente para o aperfeiçoamento do Anteprojeto, tornando-o mais preciso e consistente.

Verifica-se, portanto, que a Emenda se ajusta adequadamente aos princípios e diretrizes adotados para a elaboração e estruturação do Anteprojeto.

Pelo acolhimento.

## FASE E

**EMENDA:01139 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

**Autor:**

MESSIAS GÓIS (PFL/SE)

**Texto:**

Subcomissão dos Tributos, Participação e Distribuição de Receitas

Dispõe sobre a divulgação dos tributos".

Altera a redação do art. 22 do anteprojeto da

Subcomissão dos Tributos, Participação e

Distribuição de Receitas:

"Art. 22 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão pela imprensa televisiva, falada e escrita, até o último dia do mês subsequente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recebidos, os valores a entregar e os critérios de rateio, inclusive sua expressão numérica."

**Justificativa:**



Nada impede que se utilize a imprensa oficial. Contudo, não a consideramos como o meio mais adequado de acesso ao grande público e é preciso divulgar as informações orçamentárias o mais possível, para tornar o povo partícipe, fiscal, colaborador dos chefes de governo.

Quanto à modificação sugerida no fim do parágrafo, a expressão numérica é um critério, mas os outros critérios de distribuição, de aplicação dos recursos precisam ser do conhecimento público, também.

**Parecer:**

Não obstante a importância da emenda oferecida pelo nobre constituinte, entendemos deve ela ser objeto de norma infraconstitucional, porquanto versa sobre matéria que, por sua natureza e características, pode vir a passar por frequentes modificações, em decorrência da própria evolução econômico-social do país, à qual os fatos específicos relativos à área tributária se acham intimamente ligados.

Tais considerações se justificam, ainda, pelo fato de que a Constituição, como lei fundamental do País, deve vigorar por longo tempo, com o mínimo de alterações, através de diferentes conjunturas econômicas e sociais. Agiu acertadamente a Subcomissão "de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas" ao deixar de incluir em seu Anteprojeto norma específica, própria de legislação infraconstitucional.

Pela rejeição.

## FASE G

### **EMENDA:00080 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

**Autor:**

JESUS TAJRA (PFL/PI)

**Texto:**

Emenda ao Substitutivo:

Suprima-se o artigo 22 e seus parágrafos.

**Justificativa:**

A divulgação referida no artigo não deve constar do texto constitucional por tratar-se de matéria de lei ordinária.

**Parecer:**

Analisada a Emenda e feito seu confronto com o Sistema Tributário proposto no Substitutivo aos Anteprojeto das Subcomissões, verificamos que ela não se harmoniza com a sistemática adotada.

O Substitutivo constitui uma unidade, de modo que a introdução de certas disposições ou a supressão de dispositivos existentes podem exercer efeitos prejudiciais a todo o sistema, daí resultando a impossibilidade de serem adotadas. É o caso, a nosso ver, da Emenda em estudo.

Pela rejeição.

### **EMENDA:00820 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

**Autor:**

SIMÃO SESSIM (PFL/RJ)

**Texto:**

Suprima-se o artigo 22 e seus parágrafos do Substitutivo do Relator.

**Justificativa:**

O artigo em questão tratar de matéria pouco digna de figurar no texto Constitucional, motivo porque submetemos à consideração desta Comissão sob a presente Emenda supressiva.

**Parecer:**

Analisada a Emenda e feito seu confronto com o Sistema Tributário proposto no Substitutivo aos Anteprojeto das Subcomissões, verificamos que ela não se harmoniza com a sistemática adotada.

O Substitutivo constitui uma unidade, de modo que a introdução de certas disposições ou a supressão de dispositivos existentes podem exercer efeitos prejudiciais a todo o sistema, daí resultando a impossibilidade de serem adotadas. É o caso, a nosso ver, da Emenda em estudo.

Pela rejeição.

### **EMENDA:00845 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

**Autor:**

SIMÃO SESSIM (PFL/RJ)

**Texto:**

Dê-se ao art. 22, "caput", do Anteprojeto Substitutivo da Comissão V - Do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, a seguinte redação:

"Art. 22. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, pelo órgão de imprensa oficial, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, englobando os respectivos adicionais e acréscimos, bem como os recursos recebidos, os valores, entregues e a entregar, de origem tributária, e a expressão numérica dos critérios de rateio.

**Justificativa:**

A Emenda ora proposta ao art. 22 do Anteprojeto tem por objetivo, simplesmente, aperfeiçoar sua redação, indicando a data a partir da qual se conta o prazo nele estabelecido e fazendo-o abranger, além dos recursos a serem transferidos, aqueles já repassados.

**Parecer:**

Analisada a Emenda e feito seu confronto com o Sistema Tributário proposto no Substitutivo aos Anteprojeto das Subcomissões, verificamos que ela não se harmoniza com a sistemática adotada.

O Substitutivo constitui uma unidade, de modo que a introdução de certas disposições ou a supressão de dispositivos existentes podem exercer efeitos prejudiciais a todo o sistema, daí resultando a impossibilidade de serem adotadas. É o caso, a nosso ver, da Emenda em estudo. Pela rejeição.

**EMENDA:00859 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

**Autor:**

BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS/MG)

**Texto:**

O art. 22, § 2o. passa a ter a seguinte redação:  
- "Os municípios que não possuírem órgão de imprensa oficial farão a divulgação por edital publicado em jornal de circulação na região.

**Justificativa:**

O objetivo da emenda é dar eficiência legal ao preceito constitucional tributário. É que a praxe antiga no interior se reduz a colar o edital na parede da porta da Prefeitura, o que se faz até mesmo nos grandes centros. Daí a necessidade da determinação da publicação em jornal.

**Parecer:**

Analisada a Emenda e feito seu confronto com o Sistema Tributário proposto no Substitutivo aos Anteprojeto das Subcomissões, verificamos que ela não se harmoniza com a sistemática adotada.

O Substitutivo constitui uma unidade, de modo que a introdução de certas disposições ou a supressão de dispositivos existentes podem exercer efeitos prejudiciais a todo o sistema, daí resultando a impossibilidade de serem adotadas. É o caso, a nosso ver, da Emenda em estudo. Pela rejeição.

## FASES J e K

**EMENDA:02836 REJEITADA**

**Fase:**

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FIRMO DE CASTRO (PMDB/CE)

**Texto:**

Emenda supressiva.

Dispositivo emendado: art. 286 e seus § 1o. e § 2o.

Suprimam-se o art. 286 e seus § 1o. e § 2o.

**Justificativa:**

Não se trata evidentemente da matéria constitucional.

**Parecer:**

Pretende o Autor seja suprimido do texto do Anteprojeto de Constituição o art. 286 e seus parágrafos, por entender tratar-se de matéria que não deva figurar no texto constitucional

Por envolver exame de mérito, descabe a alteração proposta na corrente fase do processo constituinte.

Pela rejeição.

---

## FASE M

**EMENDA:02685 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FIRMO DE CASTRO (PMDB/CE)

**Texto:**

Emenda Supressiva.

Dispositivo emendado: art. 281 e seus § 1o. e § 2o.

Suprimam-se o art. 281 e seus § 1o. e § 2o.

**Justificativa:**

Não se trata evidentemente de matéria constitucional.

**Parecer:**

O conteúdo do art. 281, de fato, não constitui matéria constitucional, devendo ser regulada a nível de lei complementar, a que se refere o art. 259, item III do Projeto de Constituição.

Pela aprovação.

**EMENDA:09246 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RONALDO CARVALHO (PMDB/MG)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Art. 281

Acrescente-se o Parágrafo 3o. ao Art. 281.

§ 3o. - Ficam proibidas as transferências negociadas nos Orçamentos Federal e Estaduais, exceto nos casos de calamidade pública e para a realização de planos e programas com objetivos claramente definidos.

**Justificativa:**

As transferências negociadas, tanto no plano federal como no estadual, tem-se constituído na mais abusiva e poderosa forma da manipulação política dos governos estaduais e municipais pela União. É impossível moralizar as relações intergovernamentais sem abolir ou pelo menos limitações intergovernamentais sem abolir ou pelo menos limitar drasticamente essas práticas que tanto enxovalham o nosso sistema governamental. Que os auxílios e subvenções, de governo a governo, se limitem aos casos de calamidade pública, em que se faz mister ações urgentes e emergenciais ou à execução de planos e programas aos quais Estados e Municípios deem sua adesão – mas planos e programas aos com objetivos e procedimentos claramente definidos, de modo a minimizar as possibilidades de manipulação política. Esta é a prática dos países politicamente adiantados. Por

que não seguiu-a, para proteção da autonomia dos Estados e dos Municípios nas relações intergovernamentais envolvendo transferências negociadas?

**Parecer:**

Pela prejudicialidade, tendo em vista a solução adotada pelo Substitutivo.

**EMENDA:11436 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ALFREDO CAMPOS (PMDB/MG)

**Texto:**

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: art. 281

Suprima-se o artigo 281 do Projeto de Constituição.

**Justificativa:**

Trata-se de dispositivo com todas as características de lei ordinária, cuja presença no texto constitucional entendemos ser dispensável.

Para controle da legalidade dos atos de que resultem a arrecadação das receitas e realização das despesas públicas, existe vasta legislação prevendo que o mesmo se fará através de sistemas de fiscalização interna e externa, esta, através do Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

Além disso, o acompanhamento prévio concomitante e subsequente da realização da receita e dos atos de gestão financeira, é exercido através de demonstrativos, relatórios, balanços e outras informações devidamente sistematizadas e regulamentadas pela legislação própria, o que tornaria redundante dispositivo constitucional no mesmo sentido.

**Parecer:**

O conteúdo do art. 281, de fato, não constitui matéria constitucional, devendo ser regulada a nível de lei complementar, a que se refere o art. 259, item III do Projeto de Constituição.

Pela aprovação.

**EMENDA:12080 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RONALDO CARVALHO (PMDB/MG)

**Texto:**

Emenda Modificativa.

Dispositivo Emendado: - Parágrafo 2o. do Art. 281

O Parágrafo 2o. do Art. 281 passa a ter a seguinte redação:

§ 2o. Os Municípios que não possuem órgão de imprensa oficial farão a divulgação pela imprensa escrita local ou, na sua falta, por edital.

**Justificativa:**

Sabemos que raramente os Municípios possuem imprensa oficial, mas que muitos possuem jornais que teimam em circular, enfrentando toda a sorte de dificuldades.

Esta Emenda visa valorizar estes periódicos, como veículos de divulgação dos atos e contas governamentais.

**Parecer:**

Entendemos que o conteúdo do art. 281 do Projeto de Constituição deve ser suprimido, na íntegra, deixando que a matéria seja regulada a nível de norma geral de direito tributário, a que se refere o art. 259, item III, do mesmo Projeto.

Pela rejeição.

## FASE O

**EMENDA:26783 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC/SP)

**Texto:**

Acrescente-se, na Seção VI do Capítulo I do Título VII do Substitutivo ao Projeto de Constituição, elaborado pelo Relator da Comissão de Sistematização, dispositivo com a seguinte redação.

"Art. - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, pelo órgão de imprensa oficial, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, neles englobando os respectivos adicionais e acréscimos, bem como os recursos recebidos, os valores entregues e a entregar, de origem tributária, e a expressão numérica dos critérios de rateio.

§ 1o. - Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estados e por Municípios, os dos Estados, por Municípios.

§ 2o. - Os Municípios que não possuírem órgão de imprensa oficial farão a divulgação por edital".

**Justificativa:**

A disposição acima constava do Projeto de Constituição. O Substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização, entretanto, a omitiu.

Trata-se de norma fundamental não só para assegurar transparência da ação estatal para os contribuintes, senão ainda e principalmente a fim de permitir às entidades beneficiárias, por transferência, de recursos tributários, o controle e a fiscalização do exato cumprimento das determinações constitucionais.

**Parecer:**

Propõe o ilustre Constituinte, em síntese, que se inclua, na Seção própria "Da Repartição das Receitas Tributárias", dispositivo obrigando a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a divulgarem, pelo órgão de imprensa oficial, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes arrecadados de cada tributo e a expressão numérica dos critérios de rateio.

Como diz a Justificação, tratar-se-ia de restabelecer o art. 281 e seus parágrafos, do primeiro Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização (que, por seu turno, reproduziu o art. 24 da quinta Comissão Temática).

Não houvesse o propósito de reduzir a tamanho razoável a futura Carta Magna, esse e outros dispositivos seriam mantidos. Optou-se por transferi-los para a legislação infraconstitucional, consoante previsto no art. 216, II e III.

Pela rejeição.

**EMENDA:24268 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SIQUEIRA CAMPOS (PDC/GO)

**Texto:**

Emenda modificativa

Dispositivo emendado: Título VII do Substitutivo do Relator.

O Título VI do Substitutivo do Relator passa a ter a seguinte redação:

"Título VII

Da Tributação e do Orçamento

Capítulo I

Do Sistema Tributário Nacional

[...]

Seção VI

Da Repartição das Receitas Tributárias

Art. 153. As receitas tributárias pertencem, incondicionalmente, a pessoas de direito público

competentes para instituir o tributo, salvo determinação em contrário desta Constituição.  
Parágrafo único. Pertence aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos, pagos a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituir ou manter.

Art. 154. Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre os rendimentos pagos a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituir ou manter.

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação dos impostos do Estado sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situados, e sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território;

II - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços.

§ 1o. O disposto do item III não se aplica às prestações de serviços a consumidor final, pertencendo, nesses casos, ao Município onde ocorrer o respectivo fato gerador, cinquenta por cento do valor pago.

§ 2o. As parcelas da receita pertencentes aos Municípios, mencionada no item III, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seu território;

II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual.

Art 155. A União entregará:

I - do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados:

a) vinte e dois inteiros por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

b) vinte e três inteiros por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

c) um inteiro e cinco décimos por cento ao Nordeste, um inteiro e cinco décimos por cento para a Amazônia Legal e cinco décimos por cento ao Centro Oeste, exceto às áreas deste abrangidas pela Amazônia Legal, depositados os recursos nas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.

II - do resultado da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento para os Estados e o Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações.

§ 1o. Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no item I, excluir-se-á parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza, pertencente a Estado, Distrito Federal e

Municípios.

§ 2o. A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a ser entregue, nos termos do item II deste artigo, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes.

§ 3o. Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do item II deste artigo, observados os critérios estabelecidos nos itens I e II do parágrafo 2o. do artigo 154.

§ 4o. Se a União criar impostos excluindo o estadual anteriormente instituído, cinquenta por cento do seu produto será entregue aos Estados onde for arrecadado e ao Distrito Federal.

§ 5o. É vedada qualquer condição ou restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta Secção, ao Estado Federal e Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Art. 156. Cabe à lei complementar:

I - estabelecer normas sobre critérios de rateio dos fundos previstos nesta Secção, distribuídos com o objetivo de promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios;

II - regular a criação do Conselho de Representantes dos Estados e do Distrito Federal, ao qual caberá acompanhar o cálculo e a liberação das participações previstas e de seu interesse;

III - regular a criação do Conselho de Representantes dos Municípios, ao qual caberá acompanhar o cálculo e a liberação das participações previstas.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas da União, anualmente, ouvido o Conselho de Representantes dos Estados e do Distrito Federal e o Conselho de Representantes dos Municípios, efetuará o cálculo das cotas referentes aos respectivos Fundos de Participação.

**Art. 157.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, pelo órgão de imprensa oficial até o último dia do mês subsequência ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, neles englobando os respectivos adicionais e acréscimos, bem assim os recursos recebidos, os valores entregues e a entregar, de origem tributária, e a expressão numérica dos critérios de rateio.

Parágrafo único. Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estados, os dos Estados por Municípios e, onde não houver órgão de imprensa oficial, divulgados por edital.

[...]

**Justificativa:**

Emendas sem justificação.

**Parecer:**

A emenda do nobre Constituinte pretende modificar o título VII - TRIBUTOS FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO.

Na parte referente ao Orçamento o conteúdo da emenda, em confronto com o do Substitutivo, levou-nos a conclusão que alguns artigos se harmonizam com os princípios que orientam o Sistema de Planos e Orçamentos; em outros pontos os objetivos são atendidos de forma implícita e finalmente, em outros contraria o espírito da linha traçada para os planos e orçamentos.

Quanto à parte tributária, também verifica-se que a Emenda repete muitos dos dispositivos que já constam do



Substitutivo. As novidades referem-se aos seguintes pontos:

competência municipal para exigir contribuição relacionada com a poluição; vinculação dos empréstimos compulsórios a sinistros em lugar de calamidades; restabelecimento de disposições anteriores sobre privilégios processuais da Fazenda Pública, sobre microempresa e sobre representação da União nas causas que versam matéria tributária; extensão de imunidade aos sindicatos patronais; eliminação do imposto de renda estadual; alteração dos percentuais dos Fundos de Participação, inclusive quanto às regiões; restauração dos conselhos de representantes; incidência do ICM em minerais, energia elétrica e combustíveis.

A aceitação das modificações sugeridas viria deformar a unidade do Substitutivo e provocar distorções em pontos para cujo ajustamento foram feitas negociações que agora não podem ser desconsideradas. Todavia, podem ser admitidas, ainda que em parte, as sugestões sobre ICM, sobre privilégios da Fazenda Pública, sobre a participação das Regiões e sobre Sindicatos Patronais.

As modificações que se pretendem introduzir no campo das finanças públicas, relacionam-se com as atribuições do Banco do Brasil (artigo 159 §§ 1o. e 2o. da Emenda). A especificação até proposta é matéria de natureza tipicamente regulamentar, não se justificando sua inclusão no texto Constitucional.

Pela aprovação parcial.

#### **EMENDA:32576 PARCIALMENTE APROVADA**

##### **Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

##### **Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

##### **Autor:**

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

##### **Texto:**

Dê-se ao Capítulo I do Título VII do Substitutivo ao Projeto de Constituição, elaborado pelo Relator da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

Capítulo I

Do Sistema Tributário Nacional

[...]

#### **SEÇÃO VI**

Da Repartição das Receitas Tributárias

Art. 211. Pertence aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

Art. 212. Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação dos impostos do Estado sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, e sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

III - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços.

§ 1o. O disposto no item III não se aplica à prestação de serviços a consumidor final, pertencendo, nesses casos, ao Município onde ocorrer o fato gerador, cinquenta por cento do valor pago.

§ 2o. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no item III deste artigo,

serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas a circulação de mercadorias e na prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual.

Art. 213. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e seis por cento, na forma seguinte:

a) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) dois por cento para financiamento de investimento nas Regiões Norte e Nordeste, por meio de suas instituições financeiras federais de fomento regional;

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento para os Estados e o distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

§ 1o. Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no item I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza, pertencente a Estados, distrito Federal e Municípios, nos termos do disposto no artigo 211 e no item II do artigo 212.

§ 2o. A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a ser entregue, nos termos do item II deste artigo, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha ali estabelecido.

§ 3o. Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do item II deste artigo, observados os critérios estabelecidos nos itens I e II do § 2o. do artigo 212.

Art. 214. Se a União, com base no artigo 199, criar imposto excluindo o estadual anteriormente instituído, cinquenta por cento do seu produto será entregue aos Estados e ao Distrito Federal, onde for arrecadado.

Art. 215. É vedada qualquer condição ou restrição à entrega e ao emprego de recursos atribuídos, nesta Seção, a Estados, Distrito Federal e Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Art. 216. Cabe à lei complementar:

I - definir valor adicionado para fins do disposto no item I do § 2o. do artigo 212;

II - estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o artigo 213, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos no seu item I, objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios;

III - dispor sobre o acompanhamento, pelos

beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação, das participações previstas nos artigos 212 e 213.

Parágrafo Único. O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos respectivos fundos de Participação.

**Art. 217.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, pelo órgão de imprensa oficial, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, neles englobando os respectivos adicionais e acréscimos, bem como os recursos recebidos, os valores entregues a entregar, de origem tributária, e a expressão numérica dos critérios de rateio.

§ 1o. Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estados e por Municípios; os dos Estados, por Municípios.

§ 2o. Os Municípios que não possuírem órgão de imprensa oficial farão a divulgação por edital, que atinja a população interessada.

**Justificativa:**

O Capítulo dedicado ao Sistema Tributário Nacional do Substitutivo ao Projeto de Constituição está elaborado dentro da melhor técnica, seja sob o aspecto jurídico-formal, seja em razão das soluções substantivas adotadas. Depois de ouvir técnicos especializados, do setor público e do setor privado, pareceu-me conveniente sugerir pequenos e rápidos aperfeiçoamentos, que me parecem devem ser adotados.

**Parecer:**

A presente Emenda consiste em dar nova redação a todo o Capítulo I do Título VII do Substitutivo ao Projeto de Constituição, com o objetivo de sugerir pequenos e rápidos aperfeiçoamentos.

Examinando-a, observamos que contém várias normas e sugestões que efetivamente contribuem para o aperfeiçoamento do Projeto de Constituição, podendo-se citar, entre outras, as dos itens II e III e § 2o. do art. 195; do art. 200; do item I e do § 3o. do art. 203; do item I do § 3o. do art. 207; do item IV do § 11 do art. 209 e do § 2o. do art. 213.

Por outro lado, tendo em vista o resultado de negociações e acordos efetuados com várias lideranças e membros da Comissão de Sistematização, não podem ser admitidas as inovações que a Emenda contém em seus artigos 197, item III, "caput", 209, §§ 1o e 6o, 213, item I, alínea "c" e 217.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:34001 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ RICHA (PMDB/PR)

**Texto:**

De acordo com o disposto no § 2o. do artigo 23 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, dê-se ao Título VII a seguinte redação, procedendo-se às alterações que se fizerem necessárias, no Substitutivo do Relator:

"Título VII

Da Tributação e do Orçamento

Capítulo I

Do Sistema Tributário Nacional

[...]

Seção VI

Da Repartição das Receitas Tributárias

Art. 211 - Pertence aos Estados e ao

Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto

da União sobre renda e proventos de qualquer

natureza, incidente na fonte sobre rendimentos

pagos, a qualquer título, por eles, suas

autarquias e pelas fundações que instituírem e

mantiverem.

Art. 212 - Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação dos impostos do Estado sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, e sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

III - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços.

§ 1º - O disposto no item III não se aplica à prestação de serviços a consumidor final, pertencendo, nesses casos, ao Município onde ocorrer o fato gerador, cinquenta por cento do valor pago.

§ 2º - As parcelas da receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no item III deste artigo, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e na prestação de serviços, realizadas em seus territórios;

II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual.

Art. 213 - A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e seis por cento, na forma seguinte:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) dois por cento para financiamento de investimento nas Regiões Norte e Nordeste, por meio de suas instituições financeiras federais de fomento regional.

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento para os Estados e o Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

§ 1º - Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no item I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza, pertencente a Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do disposto no artigo 211 e no item I do artigo 212.

§ 2º - A nenhuma Unidade Federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a ser entregue, nos termos do item II deste artigo, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a eles, o critério de partilha

ali estabelecido.

§ 3o - Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do item II deste artigo, observados os critérios estabelecidos nos itens I e II do parágrafo 2o. do artigo 212.

Art. 214 - Se a união, com base no artigo 199, criar imposto excluindo o estadual anteriormente instituído, cinquenta por cento do seu produto será entregue aos Estados e ao Distrito Federal, onde for arrecadado.

Art. 215 - É vedada qualquer condição ou restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta Seção, a Estados, Distrito Federal e Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Art. 216 - Cabe a lei complementar:

- I - definir valor adicionado para fins do disposto no item I do parágrafo 2o. do artigo 212;
- II - estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o artigo 213, especialmente sobre os critérios de rateio dos Fundos previstos no seu item I, objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios;
- III - dispor sobre o acompanhamento, pelos beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação, das participações previstas nos artigos 212 e 213.

Parágrafo único - O Tribunal de Contas da União, efetuará o cálculo das quotas referentes aos respectivos Fundos de Participação.

**Art** - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, pelo órgão de imprensa oficial, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, neles englobando os respectivos adicionais e acréscimos, bem como os recursos recebidos, os valores entregues e a entregar, de origem tributária, e a expressão numérica dos critérios de rateio.

§ 1o - Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estados e por Municípios; os dos Estados, por Municípios.

§ 2o - Os Municípios que não possuírem órgão de imprensa oficial farão a divulgação por edital, que atinja a população interessada.

[...]

#### **Justificativa:**

As alterações e a redação ora propostas, de dispositivos correlatos, contemplam os aspectos de mérito do tema, as aspirações sociais do povo brasileiro, a representatividade constituinte de seus signatários e a sistematização adequada à técnica legislativa, nos termos dos debates e acordos efetuados, tendo em vista o Substitutivo do ilustre Relator.

#### **Parecer:**

A presente Emenda tem por objetivo dar nova redação ao Título VII do Substitutivo ao Projeto de Constituição. O exame da Emenda, na parte relativa à Seção II, "Dos Orçamentos", e da respectiva justificação apresentadas pelos nobres Constituintes, levam-nos a concluir que as alterações propostas contribuem para o aperfeiçoamento do Projeto tornando-o mais completo, preciso e consistente.

Quanto ao Sistema Tributário, a Emenda reproduz grande parte do Substitutivo e também traz inovações que devem ser atendidas, porque contribuem para o aperfeiçoamento do mesmo (caso dos artigos 200, 202, II, V, 203, I, § 3o., 207, § 3o., I, 209, III, §§ 2o., 3o., 4o., 9o., I, § 10, 213, § 1o. e 2o.)

Entretanto, não achamos conveniente o aproveitamento das contribuições contidas nos artigos 209, § 9o., item II, alínea "a" e 213, item I, alínea "c", tendo em vista a linha geral do Substitutivo e o resultado de negociações já firmadas.

Pela aprovação parcial.

## FASE S

### EMENDA:02042 PARCIALMENTE APROVADA

#### Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

#### Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

#### Autor:

GILSON MACHADO (PFL/PE)

#### Texto:

Dispositivo emendado – TÍTULO VI

Dê-se ao Título VI do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

TÍTULO VI

DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

[...]

SEÇÃO VI

DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

[...]

**Art. 191.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, bem como os recursos recebidos, os valores entregues e a entregar, de origem tributária, e a expressão numérica dos critérios de rateio. Parágrafo único. Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estados e Município, os dos Estados, por Município.

[...]

## Assinaturas

- |                          |                           |                          |
|--------------------------|---------------------------|--------------------------|
| 1. Gilson Machado        | 21. Airtton Cordeiro      | 40. Leopoldo Bessone     |
| 2. Luiz Marques          | 22. José Camargo          | 41. Aloisio Vasconcelos  |
| 3. Orlando Bezerra       | 23. Mattos Leão           | 42. Messoas Gois         |
| 4. Furtado Leite         | 24. João Castelo          | 43. Daso Coimbra         |
| 5. Roberto Torres        | 25. Guilherme Palmeira    | 44. João Rezek           |
| 6. Arnaldo Faria de Sá   | 26. Carlos Chiarelli      | 45. Roberto Jefferson    |
| 7. Sólon Borges dos Reis | 27. Ismael Wanderley      | 46. João Menezes         |
| 8. Ézio Ferreira         | 28. Antonio Câmara        | 47. Vingt Rosado         |
| 9. Sadie Hauache         | 29. Henrique Eduardo      | 48. Cardoso Alves        |
| 10. José Sutra           | Alves                     | 49. Paulo Roberto        |
| 11. Carrel Benevides     | 30. Francisco Dornelles   | 50. Lourival Baptista    |
| 12. Joaquim Sucena       | 31. Simão Sessim          | 51. Rubem Branquinho     |
| 13. José Tinoco          | 32. Expedito Machad,O     | 52. Cleonânicio Fonseca  |
| 14. Siqueira Campos      | 33. Manoel Viana          | 53. Bonifácio de Andrada |
| 15. Aluizio Campos       | 34. Amaral Netto          | 54. Agripino de Oliveira |
| 16. Eunice Michiles      | 35. Antonio Salim Curiati | Lima                     |
| 17. Samir Achôa          | 36. José Luiz Maia        | 55. Narciso Mendes       |
| 18. Maurício Nasser      | 37. Carlos Virgílio       | 56. Mancondes Gadelha    |
| 19. Mauro Sampaio        | 38. Mario Bouchardet      | 57. Mello Reis           |
| 20. Stelio Dias          | 39. Melo Freire           | 58. Arnold Fioravante    |

- |                                 |                         |                             |
|---------------------------------|-------------------------|-----------------------------|
| 59. Jorge Arbage                | 106. Mario De Oliveira  | 155. Arnaldo Prieto         |
| 60. Chagas Duarte               | 107. Silvio Abreu       | 156. Osvaldo Bender         |
| 61. Álvaro Pacheco              | 108. Luiz Leal          | 157. Adylson Motta          |
| 62. Felipe Mendes               | 109. Genesio Bernardino | 158. Paulo Mincarone        |
| 63. Alysson Paulinelli          | 110. Alfredo Campos     | 159. Adroaldo Streck        |
| 64. Aloisio Chaves              | 111. Virgílio Galassi   | 160. Victor Faccioni        |
| 65. Sotero Cunha                | 112. Theodoro Mendes    | 161. Luis Roberto Fonte     |
| 66. Gastone Righi               | 113. Almilcar Moreira   | 162. João de Deus Antunes   |
| 67. Dirce Tutu Quadros          | 114. Oswaldo Almeida    | 163. Francisco Sales        |
| 68. José Elias Murad            | 115. Ronaldo Carvalho   | 164. Assis Canuto           |
| 69. Mozarildo Cavalcante        | 116. José Freire        | 165. Chagas Neto            |
| 70. Flávio Rocha                | 117. Carlos Sant'anna   | 166. José Viana             |
| 71. Mauro Miranda               | 118. Delio Braz         | 167. Lael Varela            |
| 72. Gustavo de Faria            | 119. Nabor Junior       | 168. Julio Campos           |
| 73. Flavio Palmier da Veiga     | 120. Geraldo Fleming    | 169. Ubiratan Spineli       |
| 74. Gil Cesar                   | 121. Osvaldo Sobrinho   | 170. Jonas Pinheiro         |
| 75. João da Mata                | 122. Osvaldo Coelho     | 171. Louremberg Nunes Rocha |
| 76. Dionisio Hage               | 123. Hilario Braun      | 172. Roberto Campos         |
| 77. Leopoldo Peres              | 124. Edivaldo Motta     | 173. Cunha Bueno            |
| 78. José Egreja                 | 125. Paulo Zarzur       | 174. Arolde de Oliveira     |
| 79. Ricardo Izar                | 126. Nilson Gobson      | 175. Rubem Medina           |
| 80. Afif Domingos               | 127. Milton Reis        | 176. Matheus Iensen         |
| 81. Jayme Paliarin              | 128. Marcos Lima        | 177. Antonio Ueno           |
| 82. Delfin Netto                | 129. Milton Barbosa     | 178. Dionisio Dal-Prá       |
| 83. Farabulini Junior           | 130. Djenal Gonçalves   | 179. Jacy Scanagatta        |
| 84. Fausto Rocha                | 131. Enoc Vieira        | 180. Basílio Villano        |
| 85. Nyder Barbosa               | 132. Joaquim Haickel    | 181. Osmundo Trevisan       |
| 86. Pedro Ceolin                | 133. Edison Lobão       | 182. Renato Jonhson         |
| 87. José Lins                   | 134. Vitor Trovão       | 183. Ervin Bonkonki         |
| 88. Homero Santos               | 135. Onofre Correa      | 184. Jovanni Masini         |
| 89. Chico Humberto              | 136. Alberico Filho     | 185. Paulo Pimentel         |
| 90. Osmudo Rebouças             | 137. Vieira Da Silva    | 186. José Carlos Matinez    |
| 91. José Mendonça Bezerra       | 138. Costa Ferreira     | 187. Denisar Arneiro        |
| 92. José Lourenço               | 139. Eliezer Moreira    | 188. Jorge Leite            |
| 93. Vinicius Cansanção          | 140. José Teixeira      | 189. Aloisio Teixeira       |
| 94. Ronaro Corrêa               | 141. Marluce Pinto      | 190. Roberto Augusto        |
| 95. Paes Landim                 | 142. Ottomar Pinto      | 191. Messias Soares         |
| 96. Alerico Dias                | 143. Olavo Pires        | 192. Dalton Canabrava       |
| 97. Missa Demes                 | 144. Tito Costa         | 193. Inocencio Oliveira     |
| 98. Jesse Freire                | 145. Caio Pompeu        | 194. Salatiel Carvalho      |
| 99. Gandi Jamil                 | 146. Felipe Cheidde     | 195. Cláudio Ávila          |
| 100. Alexandre Costa            | 147. Manoel Moreira     | 196. Marco Maciel           |
| 101. Albérico Cordeiro          | 148. Victor Fontana     | 197. Ricardo Fiuza          |
| 102. Iberê Ferreira             | 149. Orlando Pacheco    | 198. Paulo Merques          |
| 103. José Santana de Vaconcelos | 150. Ruberval Pilotto   | 199. José Luiz Maia         |
| 104. Chistovam Chiaradia        | 151. Alexandre Puzina   | 200. João Lobo              |
| 105. Rosa Prata                 | 152. Arténir Werner     | 201. Asdrubal Bentes        |
|                                 | 153. Telmo Kirst        | 202. Jarbas Passarinho      |
|                                 | 154. Darcy Pozza        |                             |



203. Gerson Peres	232. Francisco Carneiro	261. Rita Furtado
204. Carlos Vinagre	233. Meira Filho	262. Jairo Azi
205. Fernando Velasco	234. Marcia Kubitscheck	263. Fabio Baunheitti
206. Arnaldo Moraes	235. Aécio De Borba	264. Feres Nader
207. Fausto Fernandes	236. Bezerra De Melo	265. Eduardo Moreira
208. Domingos Juvenil	237. Maria Lúcia	266. Manoel Ribeiro
209. José Elias	238. Maluli Neto	267. Jose Melo
210. Rodrigues Palma	239. Carlos Alberto	268. Jesus Tajra
211. Levy Dias	240. Gidel Dantas	269. Antonio Carlos Franco
212. Rubem Figueiró	241. Adalto Pereira	270. Miraldo Gomes
213. Rachid Saldanha Derzi	242. Annibal Barcelos	271. João Machado
214. Ivo Cersósimo	243. Geovani Borges	Rollemberg
215. Sérgio Werneck	244. Eraldo Trindade	272. Wagner Lago
216. Raimundo Bezerra	245. Antonio Ferreira	273. José Carlos Cautinho
217. José Geraldo	246. Luiz Eduardo	274. Eliel Rodrigues
218. Álvaro Antonio	247. Eraldo Tinoco	275. Max Rosermann
219. Irapuan Costa Junior	248. Benito Gama	276. Carlos de Carli
220. Roberto Balestra	249. Jorge Viana	277. Arnaldo Martins
221. Luiz Soyer	250. Angelo Magalhaes	278. Mauro Borges
222. Naphali Alves de Souza	251. Leur Lomanto	279. Cesar Cals Neto
223. Jalles Fontoura	252. Jonival Lucas	280. Fernando Gomes
224. Paulo Roberto Cunha	253. Sergio Brito	281. Evaldo Gonçalves
225. Pedro Canedo	254. Waldeck Ornelas	282. Raimundo Gomes
226. Lucia Vania	255. Francisco Benjamin	283. Érico Pegoraro
227. Nion Albernaz	256. Etevaldo Nogueira	284. Francisco Coelho
228. Fernando Cunha	257. João Alves	285. Albano Franco
229. Antonio De Jesus	258. Francisco Diogenes	286. Sarney Filho
230. Oscar Corrêa	259. Antonio Carlos Mendes Thame	287. Odacir Soares
231. Mauricio Campos	260. Jairo Carneiro	

**Justificativa:**

Ainda que possam ocorrer discordâncias neste ou naquele ponto, não é possível deixar de reconhecer as virtudes e a coerência do texto oferecido ao Plenário, que, emanado da Comissão Temática que o elaborou, não chegou a ser desvirtuado.

Tendo permanecido basicamente o mesmo, restaram apenas algumas arestas a serem apoiadas, principalmente com o objetivo de não fazer com que o sistema tributário corra o risco de tornar-se fonte de exações incompatíveis com a necessidade de manter a capacidade de investimento e o estímulo para empreender, e progredir, do contribuinte.

**Parecer:**

**CAPÍTULO I**

**SEÇÃO I**

PELA APROVAÇÃO: Art. 171 ("caput"), incisos I e II, §§ 1º e 2º; Art. 172 ("caput") incisos I, II e III, alíneas "a", "b" e "c"; Art. 173 ("caput"); Art. 174 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 175 ("caput"), § 1º, incisos I e II, § 2º, incisos I e II; Art. 176 ("caput") e seu Parágrafo único.

PELA REJEIÇÃO: Inciso 111 do Art. 171.

**SEÇÃO II:**

PELA APROVAÇÃO: Art. 177 ("caput"), incisos I, II e III, alíneas "a" e "b"; inciso IV;

Art. 178 ("caput"), incisos I e II, alíneas "a", "b", "c" e "d", §§ 1º, 2º e 3º; Art. 179 ("caput"), incisos I, II e III; Art. 180 ("caput"); Art. 181 ("caput").

PELA REJEIÇÃO: Parágrafo único do Art. 177 (Emenda n 2 1814-9, Cid Carvalho).

**SEÇÃO III:**

PELA APROVAÇÃO: Art. 182 ("caput"), incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, §§ 1º, 2º e 3º, incisos I e II, §§ 4º, 5º e 6º; Art. 183 ("caput").

PELA REJEIÇÃO: NIHIL.

**SEÇÃO IV:**

PELA APROVAÇÃO: Art. 184 ("caput"), incisos I, II e III, §§ 1º, 2º, 4º, 6º, 7º, 8º e 9º, incisos I e II, §§ 10 e 11, incisos I e II,

alíneas "a" e "b", inciso III, §§ 12 e 13, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII.

PELA REJEIÇÃO: § 3º do Art. 184.

SEÇÃO V:

PELA APROVAÇÃO: Art. 185 ("caput"), incisos I, II e IV, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, incisos I e II.

PELA REJEIÇÃO: Art. 185, inciso III.

SEÇÃO VI:

PELA APROVAÇÃO: Art. 186 ("caput"), incisos I, II e III; Art. 187 ("caput"), incisos I, II, III, IV e V, Parágrafo único, incisos I e II; Art. 188 ("caput"), inciso I, alíneas "a", "b" e "c", inciso II, §§ 1º, 2º e 3º; Art. 189 ("caput"); Art. 190 ("caput"), incisos I, II e III e seu Parágrafo único; Art. 191 ("caput") e seu Parágrafo único.

PELA REJEIÇÃO: Parágrafo único do Art. 189.

CAPÍTULO II:

SEÇÃO I:

PELA APROVAÇÃO: Art. 192 ("caput"), incisos I, II, III, IV, V, VI e VII; Art. 193 ("caput"), §§ 1º, 2º e 3º.

PELA REJEIÇÃO: NIHIL.

CAPÍTULO II:

SEÇÃO I:

PELA APROVAÇÃO:

Art. 192 ("caput"), incisos I, II, III, IV, V, VI e VII; Art. 193 ("caput"), §§ 1º, 2º e 3º.

PELA REJEIÇÃO: NIHIL.

SEÇÃO II:

PELA APROVAÇÃO: Art. 194 ("caput"), incisos I, II e III, §§ 1º, 2º e 3º, incisos I e III e §§ 4º, 5º e 6º, incisos I e II, e § 7º; Art. 195 ("caput"), §§ 2º e 3º, inciso I, alíneas "a" e "b", incisos II e III, §§ 4º, 5º, 6º, 7º e 8º; Art. 196 ("caput"), incisos I, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, §§ 1º, 2º e 3º; Art. 197 ("caput"); Art. 198 ("caput"), Parágrafo único, incisos I e II.

PELA REJEIÇÃO: Inciso II do § 3º do Art. 194; § 1º do Art. 195 (Emenda nº 1907-2, José Serra); inciso II do Art. 196.

*Nota: Como citar no formato Documento Eletrônico (ABNT): BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 162 da Constituição Federal de 1988. [Mensagem institucional]. Disponível em: <colocar link da BD aqui>. Acesso em: colocar a data da consulta, por exemplo, 10 nov. 2014.*